



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Referente ao DFD nº 04/2025 – DCPA/CMPV (e-DOC: 979FE72B-e)
Processo nº 00600-00024850/2025-91-e

OBJETO

Aquisição de água mineral natural, água com gás e vasilhames para recarga, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho – CMPV, no período de 12 meses, conforme especificação contida no DFD nº 04/2025 – DCPA/CMPV.

ÁREA REQUISITANTE:

Divisão de Controle de Patrimônio e Almoxarifado.

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como finalidade apresentar, de forma fundamentada, a necessidade da contratação de empresa especializada para fornecimento regular de água mineral potável e vasilhames, com vistas a assegurar condições mínimas de trabalho e de atendimento ao público, conforme os princípios da administração pública e a legislação vigente.

DIRETRIZES GERAIS:

Fundamentação Legal e Legislação aplicável da contratação:

- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** – Estabelece diretrizes e orientações para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência.
- **Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública direta, autárquica e fundacional.
- **Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais)** – Estabelece a classificação, bem como a regulamentação das águas minerais e potáveis de mesa, para fins de engarrafamento e balneabilidade.
- **Resolução RDC nº 274, de 22 de setembro de 2005, da ANVISA/MS** – Aprova o regulamento técnico para águas envasadas e gelo, especificando os parâmetros físico-químicos e microbiológicos, além das exigências para rotulagem.
- **Resolução RDC nº 275, de 22 de setembro de 2005, da ANVISA/MS** – Aprova o regulamento técnico das características microbiológicas para águas minerais e potáveis de mesa.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**

- **Resolução RDC nº 173, de 15 de junho de 2006, da ANVISA/MS** – Estabelece o regulamento técnico de boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de águas minerais e naturais, abrangendo higiene, controle de qualidade e segurança do processo.
- **Portaria DNPM nº 374, de 1º de outubro de 2009** – Dispõe sobre especificações técnicas para o aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral.
- **Portaria Normativa nº 74/GM/MME, de 18 de abril de 2024** – Orienta a Agência Nacional de Mineração - ANM a estabelecer os padrões e procedimentos relativos aos rótulos das embalagens de águas minerais e potáveis, com vistas à rastreabilidade e transparência ao consumidor.
- **Portaria DNPM nº 231, de 31 de julho de 1998** – Regulamenta as áreas de proteção das fontes de águas minerais, determinando medidas para garantir a preservação e controle de qualidade da fonte.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Estudo técnico preliminar para tratar da necessidade da Aquisição de Água mineral natural, Água mineral com gás e vasilhames vazios, para atender os diversos gabinetes e setores da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Velho.

Considerando que o fornecimento de água mineral é essencial para o bom funcionamento dos diversos setores da instituição, a aquisição do material permitirá a garantia de uma infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho para os servidores. A ausência do material poderá prejudicar os trabalhos rotineiros, ocasionando prejuízos no bom funcionamento dessa Cada de Leis.

Pretende-se adquirir os materiais, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, observando os princípios da isonomia e de sustentabilidade.

PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Esta Casa Legislativa não possui um Plano Anual de Contratações (PAC) instituído, tampouco há, no momento, sua elaboração em curso. Assim, a presente contratação está sendo elaborada de forma individualizada, com o devido planejamento e justificativa legal.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atender as necessidades desta Câmara Municipal, bem como solucionar o problema da falta de água mineral, será necessário a compra de água com o estoque razoável tanto de água mineral em garrafão de 20 litros, como em água mineral em unidades de 350ml – sem gás e água mineral em unidades de 500ml – com gás.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Os vasilhames vazios são necessários para que tenha uma maior rotatividade na entrega dos mesmos, não sendo necessário que as unidades que atualmente temos estejam todos vazios para que possa ser realizado uma nova entrega. Desta forma esta CMPV poderá realizar um melhor planejamento de estoque e entregas.

Outro fator que deverá ser levado em consideração é que apesar de qualquer empresa licitante do país apta a participar da disputa para contratação do objeto, deverá a licitante vencedora ter ao menos uma unidade local para que possa atender as solicitações da CMPV em prazo estipulado, com entregas a cada 15 (quinze) dias. Atualmente a divisão de almoxarifado se encontra com um espaço físico reduzido, e por esse motivo não consegue estocar uma grande quantidade de vasilhames. Tendo em vista que o objeto aqui em tela é essencial para o funcionamento desta Casa de Leis, não há possibilidade de entregas em prazos extensos, deixando assim este Órgão desabastecido.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos estimados para esta aquisição, foram baseados DFD nº 04/2025 da Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado (DCPA), e-doc [979FE72B-e](#).

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	CARGA DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS, NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO DE POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ROTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA COM: FONTE DA ÁGUA, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESSIONÁRIO, ANÁLISE FISICO-QUIMICA, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO E MÊS DE ENGARRAFAMENTO, ALÉM DO PRAZO DE VALIDADE.	GL	2.900
2	ÁGUA MINERAL, NATURAL SEM GÁS, PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES, ACONDICIONADA EM GARRAFA DE 350ML, EM POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ROTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA COM: FONTE DA ÁGUA, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESSIONÁRIO, ANÁLISE FISICO-QUÍMICA, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO E MÊS DE ENGARRAFAMENTO, ALÉM DO PRAZO DE VALIDADE.	PCT	1.000



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

3	ÁGUA MINERAL, NATURAL COM GÁS, PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES, ACONDICIONADA EM GARRAFA DE 500 ML, EM POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ROTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA COM: FONTE DA ÁGUA, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESSIONÁRIO, ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO E MÊS DE ENGARRAFAMENTO, ALÉM DO PRAZO DE VALIDADE.	PCT	150
4	VASILHAME EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE 20 LITROS PARA ÁGUA.	GL	50

Observa-se que houve um aumento considerável na demanda desta Casa de Leis, sendo o aumento no quantitativo de água mineral plenamente justificado. Desde 2023, as sessões parlamentares passaram a ocorrer nos turnos da manhã e da tarde, às segundas e terças-feiras. No entanto, em 2025, houve uma intensificação e ampliação das atividades institucionais, que passaram a acontecer com maior frequência ao longo de toda a semana. Essa expansão das atividades resultou em um uso mais intenso das dependências da CMPV, refletindo diretamente no aumento do consumo de água mineral por parlamentares, servidores e demais usuários.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dentre as possibilidades de contratação, esta Administração identificou duas alternativas viáveis: a contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral em recipientes de 20 litros e em unidades de 350ml/500ml, ou a substituição dos bebedouros existentes por modelos com filtros integrados, abastecidos diretamente pela rede hidráulica da Câmara.

No entanto, a inviabilidade da segunda opção torna-se evidente diante dos diversos serviços que seriam necessários para garantir a eficácia dessa medida. Inicialmente, seria preciso readequar toda a rede hidráulica da CPMV; em alguns pontos, haveria ainda a necessidade de pequenas intervenções na rede elétrica, com realocação de tomadas. Além disso, seria necessária a aquisição de novos bebedouros e a abertura de processo administrativo específico para a destinação adequada dos equipamentos antigos, seja por doação ou leilão.

Apesar de representar uma possível economicidade a longo prazo, a segunda alternativa não se encontra, até o momento, prevista na programação de contratações desta Casa de Leis. Diante disso, considera-se inviável sua adoção neste momento, optando-se, portanto, pela contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	CAT-MAT	Valor unitário	UND/CX/ETC	Valor total previsto	
Carga de água 20 L, natural sem gás,		R\$ 7,51	2900	R\$ 21.779,00	
		R\$ 8,00		R\$ 23.200,00	
		R\$ 9,91		R\$ 28.739,00	
		R\$ 9,13		R\$ 26.477,00	
		R\$ 10,15		R\$ 29.435,00	
		Mediana		R\$ 9,13	R\$ 26.477,00
		Média		R\$ 8,94	R\$ 25.926,00
Água mineral, natural sem gás, pct c no mínimo 12 unidades, acondicionado em garrafa de 350mL		R\$ 14,15	1000	R\$ 14.150,00	
		R\$ 11,47		R\$ 11.470,00	
		R\$ 18,03		R\$ 18.030,00	
		R\$ 13,83		R\$ 13.830,00	
		R\$ 15,31		R\$ 15.310,00	
		Mediana		R\$ 14,15	R\$ 14.150,00
		Média		R\$ 14,56	R\$ 14.558,00
Água mineral com gás, pct com 12und, acondicionada em garrafa de 500mL		R\$ 22,20	150	R\$ 3.330,00	
		R\$ 19,06		R\$ 2.859,00	



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

		R\$ 12,60		R\$ 1.890,00
		R\$ 24,00		R\$ 3.600,00
		R\$ 12,32		R\$ 1.848,00
Mediana		R\$ 19,06		R\$ 2.859,00
Média		R\$ 18,04		R\$ 2.705,40
Vasilhame de polipropileno com 20L para água		R\$ 29,70	50	R\$ 1.485,00
		R\$ 20,73		R\$ 1.036,50
		R\$ 32,00		R\$ 1.600,00
		R\$ 21,62		R\$ 1.081,00
		R\$ 18,70		R\$ 935,00
Mediana		R\$ 21,62		R\$ 1.081,00
Média		R\$ 24,55		R\$ 1.227,50
Total (mediana)			44.567,00	
Total (média)			44.416,90	

Valor provável (R\$): 44.567,00 (Quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais)



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**

Considerando os orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução. Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral e vasilhames vazios, o que permitirá atender os diversos setores e gabinetes desta Casa de Leis, com a finalidade de garantir condições de trabalho adequadas aos servidores.

O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, nos termos do Inciso XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, tendo uma previsão de contratação de baixo valor podendo, portanto, ser utilizada a Contratação Direta por Dispensa de Licitação, conforme Inciso II, Artº 75 da lei 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação será dividida em itens unitários, com o objetivo de possibilitar a análise separada dos preços e, assim, identificar oportunidades de redução no custo final de cada item. Essa divisão contribui para a obtenção de uma proposta mais vantajosa para a Administração.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com esta contratação evitar o desabastecimento de água mineral e, consequentemente, prevenir quaisquer impactos negativos relacionados ao fornecimento do item, assegurando as condições mínimas de trabalho e de atendimento ao público.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta contratação, não há vínculo ou dependência com outras aquisições já realizadas, em andamento ou previstas, sendo o objeto plenamente autônomo e independente de qualquer contratação complementar.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Para esta contratação, não foi possível identificar possíveis causas de impactos ambientais, considerando que se trata de um bem destinado ao consumo humano e devidamente certificado pelos órgãos de controle competentes. Além disso, as embalagens utilizadas são recipientes passíveis de reciclagem.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**

JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Diante da fundamentação apresentada neste documento, declaramos viável a presente contratação.

Porto Velho, RO - 5 de junho de 2025

Equipe de elaboração:

MARCELO RODRIGO LIMA GADELHA

Técnico Administrativo
Mat.: 085022-01

ANDRESSA MARQUES MONTE

Gerente Administrativo
Decreto nº 238/CMPV-2025



Assinado por **Andressa Marques Monte** - Gerente Administrativa - Em: 05/06/2025, 11:00:43



Assinado por **Marcelo Rodrigo Lima Gadelha** - Técnico Administrativo - Em: 05/06/2025, 11:00:38